

CIDADANIA E ENSINO DE SOCIOLOGIA NOS MANUAIS DO PROFESSOR DOS LIVROS DIDÁTICOS APROVADOS NO PNLD 2015.

Amurabi Pereira Oliveira¹
Ana Martina Baron Engerhoff²

Resumo

Neste trabalho analisamos os manuais do professor dos seis livros didáticos de Sociologia aprovados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2015, focando na relação que estabelecem entre o ensino da Sociologia no Ensino Médio e o exercício da cidadania. Para uma melhor análise desse material recorreremos também aos documentos que vêm sendo produzidos em torno do ensino de sociologia, especialmente a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei n. 9.394/96), bem como a literatura na área. Visando realizar uma melhor contextualização, apresentamos uma sucinta discussão sobre a relação entre educação e cidadania no Brasil, e sobre o ensino de sociologia e a formação para a cidadania. No processo de análise dos manuais dos professores classificamos estes materiais em três grupos, a partir da concepção presente neles acerca da relação entre ensino de sociologia e formação para a cidadania: a) que relaciona a sociologia com o exercício da cidadania como condição formal da finalidade última da educação; b) que considera que a finalidade do ensino de sociologia é formar o jovem para o exercício da cidadania; c) que não realiza esta relação diretamente.

Palavras Chaves

Ensino de Sociologia; Livro Didático de Sociologia; Manual do Professor.

¹ Professor Adjunto, Departamento de Sociologia e Ciência Política, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: amurabi_cs@hotmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (UFSC). E-mail: anamaron@hotmail.com

CITIZENSHIP AND TEACHING SOCIOLOGY IN THE TEACHER'S GUIDE OF APPROVED TEXTBOOKS IN THE NTP 2015.

Abstract

In this paper we analyze the teacher's manual of the six textbooks of sociology approved in the National Textbook Program (NTP) in 2015, focusing on the relationship established between the Teaching Sociology in high school and the exercise of citizenship. For a better analysis of this material we appealed also to the documents that have been produced around the teaching sociology, especially since the enactment of the Law of Education Guidelines and Bases (Law n. 9.394 / 96), as well as literature in the area. Aiming to achieve better context, we present a brief discussion of the relationship between education and citizenship in Brazil, and the teaching sociology and training for citizenship. In the process of analysis of teachers' manuals we classify these materials into three groups, from the design present in them about the relationship between educational sociology and training for citizenship: a) that relates to sociology with citizenship as a formal condition of purpose last of education; b) that believes that the purpose of the teaching sociology is to train young people for citizenship; c) not realizing this relationship directly.

Keywords

Teaching Sociology; Sociology Textbook; Teacher's Guide.

1. Introdução

Este artigo tem como finalidade discutir os sentidos de cidadania contidos nos livros didáticos aprovados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2015. Mais especificamente, buscam-se os sentidos de cidadania nos manuais do professor, na medida em que estes explicitam seus objetivos para o ensino da sociologia no ensino médio, dando relevo às propostas pedagógicas e justificam a seleção de conteúdos. Justifica-se ainda a escolha por esse material considerando a centralidade que o livro didático possui na realidade dos docentes da educação básica. Ademais, considerando que os conteúdos dos livros didáticos são produzidos visando dialogar tanto com os discentes quanto com os docentes, os manuais do professor lançam um discurso almejando impactar nas práticas docentes desenvolvidas em sala de aula, incluindo aí o planejamento escolar e a avaliação dos conteúdos.

Buscar os sentidos de cidadania nos livros didáticos mostra-se relevante uma vez que o tema da cidadania mantém sua importância nos estudos educacionais, e também a manifesta relação do ensino da sociologia com o exercício da cidadania suscitados outrora na legislação, que permanecem no ideário da disciplina escolar. Além disso, no atual contexto de exclusão da sociologia enquanto disciplina curricular no ensino médio, novamente levanta-se a discussão dos sentidos da própria área do conhecimento na escola.

No contexto da redemocratização do Brasil com mudanças nos campos políticos, sociais e econômicos, a cidadania é retomada como uma questão social a ser resolvida, tomando-se a cidadania como elemento de inclusão do sujeito em sociedade (participação, conhecimento de direitos e deveres, dentre outros), residindo na escola o instrumento social para a sua resolução, bem como para a consolidação de um projeto de sociedade democrática (WEBER, 1996). Em paralelo, a luta pela retomada da Sociologia como disciplina escolar, que se acelera na década de 1980 capitaneada principalmente por associações profissionais, passa a ser largamente justificada pela via da cidadania, assentando-se nela a finalidade de preparar o aluno ao exercício da cidadania³, o que foi reforçado pelo artigo nº 36 da Nova Lei de Diretrizes e Bases.

A partir desta formulação legal, foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (1999), preconizando-se que o ensino de sociologia deveria se voltar para a formação cidadã do aluno para a prática política, seguindo-se pelas Orientações Curriculares Nacionais (2006) que, embora relembre a formação do aluno para o exercício da cidadania, propõe uma abordagem voltada para a desnaturalização e estranhamento, que seriam

³ Interessante notar que essa relação surge também em outros contextos nacionais (OLIVEIRA, 2014a), como no caso americanos (DECESARE, 2014), francês (CHATEL, GROSSE, 2014), ou mesmo espanhol, nesse último caso pensando o ensino de Ciências Sociais de forma mais ampla (DE ALBA FERNANDEZ, 2007), o que pode ser objeto de reflexão mais aprofundada por parte de outras pesquisas que se proponham a comparar o processo de institucionalização da Sociologia na escola brasileira com outras realidades educacionais.

princípios epistemológicos para o ensino dessa ciência, possuindo como princípio metodológico a pesquisa. Cada um destes documentos, portanto, reelabora diferentes sentidos para cidadania, perpassando uma ideia de conformação do aluno aos conhecimentos de seus supostos direitos e deveres.

Com as modificações legais na Lei de Diretrizes e Bases em 2008 que reintroduziram a Sociologia no currículo do Ensino Médio, esmaece-se a relação explícita da sociologia com o exercício da cidadania, o que nos leva a uma problematização em torno de que bases assentam-se os objetivos desta disciplina escolar transmitidos via livros didáticos aprovados em relação à cidadania.

Apesar desse elemento (a formação para a cidadania) ser recorrentemente utilizado no discurso da finalidade do ensino de sociologia, é importante rememorar que a sociologia escolar demarca mais rupturas que continuidades com relação às finalidades outrora presentes nas escolas entre as décadas de 1920 e 1940⁴. De tal modo que, não podemos afirmar que a “formação para a cidadania” é a finalidade última da sociologia na escola, pois isto só se faz possível ante determinadas condições sociais, culturais e políticas.

⁴ Na literatura recorrente sobre o tema se aponta que a introdução da Sociologia no currículo escolar se deu a partir da Reforma Rocha Vaz em 1925, tendo sido a primeira experiência no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. Em verdade, no Atheneu Sergipense houve uma experiência com o ensino desta ciência ainda no final do século XIX (OLIVEIRA, 2013b), porém, como as reformas curriculares no nível federal não incidiam sobre todas as escolas no começo do século XX, mas apenas sobre o Colégio Pedro II, é importante destacar esse marco, tendo em vista que esta escola servia de modelo para outras escolas Brasil afora.

Para melhor organizarmos nossa argumentação, primeiramente apresentaremos de forma sucinta a discussão sobre a relação entre cidadania e educação; em seguida apresentaremos algumas perspectivas sobre a conexão entre o ensino de sociologia e a formação para a cidadania, tanto no nível dos documentos oficiais, quanto da discussão acadêmica; por fim, apresentaremos como a questão da cidadania se apresenta nos manuais do professor nos seis livros de sociologia aprovados no PNLD 2015, buscando analisar como que entre eles há diversas concepções sobre qual a relação entre o ensino de sociologia e a formação para a cidadania.

2. A cidadania como uma questão para a educação.

Ao se falar de cidadania não se pode esquecer que, antes de tudo, esta é uma expressão polissêmica, que guarda diferentes significados. Em nossa sociedade, em sua profusão de relações, não se poderia reduzir seus sentidos a aquisição de direitos e deveres, na medida em que esta classificação não dá conta da realidade (PINSKY, 2008, p. 12). Carvalho (2010, p. 12-13) afirma a este respeito que a maneira como se formaram os Estados-nação condiciona a construção da cidadania. Neste sentido, como lembrado por Moraes (2009, p. 51), os registros históricos e sociológicos permitem evidenciar que no Brasil se idealizou a construção de uma cidadania do

tipo comunitária, baseada no sentimento de pertencimento nacional, de uma identidade nacional. Porém, no final do século XX, com a crise do Estado-nação, afetou-se os direitos sociais, políticos e civis (e o entendimento do que estes representariam, vez que antes baseados na relação direta com o Estado), e, por conseguinte, debatendo-se a “questão da cidadania”. Assim, se, até meados do século XX, é possível falar de uma cidadania como sentido de pertença, no final daquele século as mudanças ocorridas tanto no Brasil quanto internacionalmente enfraquecem àquele significado, ampliando-se para uma cidadania construída pela sociedade civil, através dos processos de democratização.

Em meio aos processos de redemocratização, é promulgada a Constituição Federal de 1988, apelidada de “Constituição Cidadã”, que dedicou todo um capítulo (Capítulo III da Constituição) à educação, atribuindo expressamente no art. 205 à educação o papel de preparar o indivíduo para o exercício da cidadania, tomada como necessária à transformação social. Sendo assim, se considerarmos estas questões temos que a sociologia enquanto disciplina escolar se insere dentro de uma compreensão mais ampla sobre o lugar da educação na formação para cidadania na sociedade brasileira no contexto pós-redemocratização.

Ainda que não caiba aprofundar aqui, é relevante apontar a centralidade dos movimentos sociais no processo de alargamento e

redefinição do exercício da cidadania nesse cenário, o que impactou certamente a própria concepção sobre o lugar da escola em tal conjuntura.

Em meio a este debate, de intensa produção intelectual acerca da cidadania e da educação, e ainda tendo como escopo a proteção constitucional à educação, é editada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996), que novamente deu ênfase à relação cidadania e educação. Naquela ocasião, a Filosofia e a Sociologia foram os únicos conhecimentos em que explicitamente foram atrelados ao exercício da cidadania (art. 36), coparticipando da ideia geral de educação contida no documento de preparação do aluno para o trabalho e para o exercício da cidadania.

Para Moraes (2009, p. 121-124), embora houvesse conflitos pelo significado de cidadania no final do século XX, expressando-se na área educacional especialmente a partir do universal e do particular, no contexto de paradigma de inclusão social de minorias, o documento oficial educacional traduzido na LDB constituiu-se em tentativa de estabilização, na busca pelo consenso em torno da cidadania, baseando-se em questões universais, comportando a ideia de vida social harmoniosa, de adaptação do aluno para a realidade social mais ampla.⁵

⁵ Moraes (2009) realiza a sua análise dos sentidos de cidadania enfocando especialmente o campo político do final do século XX, e, portanto, a sua ênfase está na ideia de governabilidade e estabilidade perseguida no governo de Fernando Henrique Cardoso, que visava afastar a participação da sociedade civil no Estado. Em uma perspectiva econômica, realizada por Santos (2002), destaca-se na LDB mais a preocupação com as transformações do período envolvendo o mundo do trabalho (sob o viés da competitividade) do que com o mundo político (cidadania), mantendo assim o primeiro no critério de modernização do país e o segundo, em uma cidadania para conservar e estabilizar.

É neste contexto de redemocratização que a relação de cidadania e educação ganha espaço, na medida em que esta é vista como elemento importante na consolidação de um projeto de sociedade democrática, apropriando-se diferentemente dos sentidos de cidadania, especialmente os presentes na LDB.

3. A sociologia e o exercício da cidadania.

Os debates em torno da escola apontavam para ela como uma instância capaz de oferecer o conhecimento sistematizado para propiciar o exercício pleno da cidadania e de ação consciente no novo projeto de sociedade. Weber (1992, p. 28) já havia atentado que a vinculação da educação escolar como um projeto de sociedade passa a ser claramente admitida, como um reconhecimento da educação escolar como ação política. A cidadania, como um problema social (a falta de cidadania, de interesse e conhecimento político) a ser resolvido pela escola, é também, assim, um problema sociológico.

Destarte, em meio à retomada do debate da sociologia no ensino médio e no contexto brasileiro do final do século XX, os estudos acadêmicos acerca da sociologia na educação também ganharam fôlego (NEVES, 2002), ainda que se deva destacar aqui o fato de que os estudos da Sociologia da

Educação desenvolvidos nas Faculdades de Educação prioritariamente têm se voltado para a Educação Básica, ao passo que aqueles realizados junto aos Departamentos e Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais têm tido como foco o Ensino Superior (MARTINS, WEBER, 2010).

Handfas e Maçaira (2014), investigando o estado da arte da produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica, identificaram uma descontinuidade destes estudos, argumentando-se que na década de 1990 o ensino de sociologia gozava de pouco prestígio nas ciências sociais devido a diversos fatores, tais como: a) os cientistas sociais não se viam como educadores, partindo de uma noção de improvisação foram introduzidas majoritariamente pelos governos; c) a separação e autossuficiência das Faculdades de Educação frente à rejeição das ciências sociais.

Há de se considerar ainda que, apesar das mudanças propulsionadas pelos mecanismos legais, ao se pensar na sociologia na escola, a LDB garantiu o ensino de seu conteúdo, porém não a existência da sociologia enquanto disciplina nos currículos escolares. Todavia, esta relação cristalizada pela LDB entre sociologia e formação para o exercício da cidadania, se pouco auxiliou na compreensão dos sentidos da sociologia na escola, contribuiu para deixar marcas profundas no imaginário dos professores que lecionam esta ciência e nos alunos (OLIVEIRA, 2013a, p. 357), além de ter reflexo nas leituras acerca do papel da disciplina que viam como positiva a relação

sociologia-cidadania.

De um lado, algumas pesquisas demonstram que o entendimento de professores acerca do papel da sociologia na escola permanece atrelado à noção de cidadania (SANTOS, 2002; MOTA, 2003), baseada em características jurídicas e formais (conhecimento de direitos e deveres), cabendo à sociologia uma função informativa. Junto deste imaginário, vê-se na sociologia um horizonte de mudança social (um preparar para o “depois”), vinculando-a a transformação social e pessoal (MOTA, 2003, p. 97-98). Entende-se, então, que a relação educação-sociologia-cidadania como elemento transformador está muito mais alicerçada no senso comum e nos diferentes projetos educacionais em disputa, do que propriamente no contexto histórico das ciências sociais. Sem embargo, pesquisas como a de Santos (2002), apontam que essa concepção mostra-se mais recorrente em professores que não possuem a formação inicial nas Ciências Sociais, que representam a maior parte do contingente que atua na Educação Básica.

Todavia, Moraes (2009, p. 08) aponta que em eventos envolvendo o ensino de sociologia, não eram raros os debates acerca da relação sociologia e preparação para a sociologia, com alguns sociólogos reforçaram a positividade desta relação, enquanto outros a percebiam alicerçada sobretudo no senso comum. Tal disputa também é refletida nas análises acerca da ausência/presença da sociologia nos currículos da educação

básica, relacionando-se comumente a retirada da sociologia dos currículos em razão de contextos políticos autoritários no Brasil (e a permanência da disciplina em momentos democráticos), alargando-se a discussão acerca dos sentidos da sociologia como disciplina escolar.⁶

É importante ressaltar nesse ponto que no seu percurso histórico, a sociologia vinha assim justificada duplamente, por seu caráter científico e pela expectativa cívico-redentorista.⁷ Todavia, como bem alerta Oliveira (2013b, p. 181), a sociologia também pode assumir um caráter conservador em termos teóricos:

Percebemos que longe de constituir uma discussão assentada num pensamento crítico, ideologicamente questionador, a Sociologia pode ser apresentada também como uma disciplina conservadora, preocupada em afirmar uma visão harmônica da realidade social, preocupada ainda com o processo de construção de determinada concepção de homem (...). (OLIVEIRA, 2013b, p.181)

Percebe-se, portanto, que apesar referência na LDB à sociologia como uma disciplina voltada para a formação cidadã, houve margem para diversas interpretações do que seria o papel da sociologia na escola. Os

⁶ Por exemplo, Santos (2002) defende que a disciplina de sociologia, com o seu propósito primeiro de crítica social, aterrorizava as autoridades educacionais, dispensando a sua presença nos regimes autoritários (como a Era Vargas e na Ditadura Militar). Noutro lado, Silva (2007) tende a compreender estes momentos entrelaçados com o projeto político e educacional de cada período, e não por uma suposta essência crítica da sociologia, interpretação também partilhada por Moraes (2011) e Oliveira (2013b).

⁷ Baseamo-nos conjuntamente nos estudos de Meucci (2000), Santos (2002), Silva (2007, 2010), Moraes (2011) e Oliveira (2013b).

Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) de 1999, por exemplo, relacionaram o ensino de sociologia à ação política, para que esta dotasse o aluno do capital político necessário (MORAES, 2009). Além dos PCNEM, não se pode esquecer foram editados posteriormente o chamado PCN+ (BRASIL, 2002), como orientações educacionais complementares, colhendo também a ideia de cidadania como participação social e política.

Nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCN) de 2006, por sua vez, trouxe-se proposta diferente ao ensino de sociologia do antes apresentado nos PCNEM e foi documento importante para fomentar a discussão em torno da volta da disciplina ao currículo escolar, defendendo-se a identidade de sociologia através do panorama histórico da constituição da disciplina no currículo escolar, possuindo um viés político de consolidação da disciplina de sociologia (CASÃO, QUINTEIRO, 2007, p. 233-234). Ao apresentar esta abordagem, o documento (que não possui força de lei, mas sim de orientação aos professores, a nível nacional) questionou o vazio da expressão “formar o cidadão”, atribuindo a relação mais aos temas tratados pela área do que a uma natureza ideológica própria.

Pode-se afirmar que os argumentos centrais contidos nas OCNS repercutiram na campanha pela inclusão da disciplina de sociologia, estando menos preocupados com um caráter intervencionista sobre a realidade que

poderia ser esperado da própria sociologia e mais calcados na intenção de assegurar a formação dos alunos acerca dos princípios epistemológicos das ciências sociais. A atuação política do cidadão seria, neste viés, consequência do próprio processo educacional, na visão da escola como espaço de transição ao mundo político.

Frisa-se ainda que os avanços e retrocessos institucionais para firmar a sociologia como disciplinar escolar e que foram acompanhados pela ampla luta por parte de sociólogos organizados especialmente em lutas não acadêmicas, acabou reforçando uma identidade “politicamente engajada” da disciplina, popularizando a noção de que a sociologia deveria formar o cidadão, intervir na realidade e despertar a consciência crítica (OLIVEIRA, 2013b). Ou seja, ainda que não disposto expressamente no texto legal, o imaginário ligado à sociologia como interventora da realidade (uma “sociologia cidadã”, e não pensar sociologicamente a cidadania) permaneceriam, tal como confirmados pela visão dos professores (MOTA, 2003 e LIMA, 2012) e na visão dos alunos (RESES, 2007). No trabalho de Leithauser e Weber (2010, p. 92), para os professores de sociologia brasileiros esta ciência seria “(...) um saber prático capaz de interferir, de modo diferente da lógica, tecnologia e conhecimentos de línguas, nos processos político-práticos da sociedade.”

Na discussão mais recente em torno da Base Nacional Comum

Curricular (BNCC) a relação entre ensino de sociologia e cidadania não desaparece totalmente, entretanto nela o exercício da cidadania não emerge como finalidade dessa disciplina, mas sim como conceito a ser explorado. Segundo o documento atualmente disponível para consulta pública:

Conceitos como fato social; interações; relações sociais; instituições sociais; classe; status; poder; **cidadania**; trabalho; formas de solidariedade, de conflito e de dominação; estruturas sociais e padrões de mobilidade social; representações sociais e culturais; identidades sociais, políticas e culturais; movimentos sociais; formas de organização do Estado e de regimes de governo são básicos para o ensino de Sociologia, permitindo que os/as estudantes ampliem seu vocabulário, adquirindo novas formas de percepção, de compreensão e de crítica da sociedade em que vivem. (BRASIL, 2015, p. 292 [grifo nosso]).

Neste documento a cidadania é ainda referida como tema transversal na Educação Básica, e de forma mais específica como temática que compõe os conteúdos a serem lecionados no terceiro ano do Ensino Médio, inserindo-se no eixo “Compreensão das formações políticas, da democracia e da cidadania e compreensão sociológica do trabalho.”

Podemos supor que esse documento terá um grande impacto na realidade das escolas, tendo em vista que a ausência de um currículo nacional comum mínimo muitas vezes é apontada como uma das dificuldades para a “transmissão” do conhecimento escolar, o que é aprofundado ante a

ausência de uma formação teórica no campo das ciências sociais, que possibilite ao docente a produção de uma “ruptura epistemológica” com o senso comum (HAMLIN, 2010; OLIVEIRA, 2014b). Todavia, a de se enfatizar a complexa relação existente entre o processo de elaboração dos documentos de referência curricular e sua circulação e utilização entre os docentes (FERREIRA, 2015).

No entanto, é importante ressaltar que após a divulgação da versão da BNCC, no atual contexto de disputas políticas intensas e com mudanças de governo por meios questionáveis frente ao Estado democrático, foi editada Medida Provisória, nº 746/2016, convertida na Lei nº 13.415/2017, que reformou o ensino médio e novamente retirou a obrigatoriedade da sociologia dos currículos (dentre outras disciplinas). Diante da reação da classe e manifestações, passou a constar na Reforma que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deva incluir “estudos e práticas” de sociologia em seu conteúdo, o que, teme-se, leve novamente à inexistência da sociologia na escola, uma vez que a nova versão da BNCC para o ensino médio não foi divulgada e não há certeza que a sociologia seja contemplada como disciplina autônoma.

Portanto, não estando sequer garantida a sociologia como disciplina no ensino médio, permanecem as disputas pelos seus sentidos, que são também expressados nos livros didáticos produzidos para a disciplina de Sociologia e que compõem o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, aos quais nos deteremos de forma mais incisiva a partir daqui.

4. A cidadania nos livros didáticos de sociologia.

Ainda que não caiba aqui analisar em profundidade, é importante frisar que o PNLD é uma política de Estado iniciada na década de 1980 e que vem sendo paulatinamente ampliada. Inicialmente, este programa se voltava exclusivamente para a aquisição e distribuição de livros didáticos para as escolas públicas, passando posteriormente a também avaliá-los. Sua atuação se restringia ao Ensino Fundamental, tendo sido criado com a Resolução nº 38 do PNDE o Plano Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) apenas em 2004 (CASSIANO, 2013). A Sociologia passou a figurar no PNLD a partir da edição de 2012, tendo sido aprovados apenas dois livros, sendo uma das áreas que aprovou o menor número de livros.

É importante dar relevo ao fato de que entre o PNLD de 2012 e o de 2015 houve um aumento substancial no número de livros aprovados, ao passo que no edital referente ao ano de 2012 houve 14 livros de sociologia inscritos e dois aprovados, como já indicamos, e em 2015 foram 13 inscritos e 6 aprovados. Esta mudança tanto pode indicar um incremento em termos de qualidade dos livros nessa área, como uma maior conformação dos livros ao modelo avaliativo do PNLD, ainda que tais hipóteses não sejam excludentes.

Analisando os manuais do professor dos seis livros didáticos de sociologia aprovados no PNLD 2015 no intuito de perceber qual o sentido de cidadania contida neles, realizamos uma divisão das obras em três grupos, tomando como base para a divisão a análise de conteúdo dos manuais. Em termos metodológicos, pode-se realizar a análise tomando como base os textos de apresentação existentes em cada um dos manuais do professor, que constam as principais referências dos autores para compreender a sociologia, justificando-a enquanto disciplina escolar. Além disso, foram localizados nos indicativos de atividades e procedimentos de orientação aos professores, referências à cidadania e à finalidade da sociologia. A partir disso, pode-se contemplar três categorias de análise tendo como orientação a relação sociologia-cidadania enfocada no trabalho, sendo: a) que relaciona a sociologia com o exercício da cidadania como condição formal da finalidade última da educação; b) que considera que a finalidade do ensino de sociologia é formar o jovem para o exercício da cidadania; c) que não realiza esta relação diretamente.

No primeiro grupo incluímos os livros de Silva et al. (2013) e Machado, Amorim e Barros (2013). Silva et al. (2013, p. 4) relaciona a educação como instrumento de mudança e emancipação do indivíduo, concebendo a escola como um núcleo de formação, sociabilização e de construção da autonomia do estudante, para assim formar um cidadão pleno e autônomo, capaz de atuar na sociedade de forma produtiva, crítica e criativa. A sociologia, por sua vez, faz

parte deste projeto de educação, mas não há referência a ação transformadora no seio da disciplina escolar *per se*.

Baseados em preceitos pedagógicos de competências e habilidades a ser desenvolvidas, os componentes didáticos e pedagógicos eleitos no livro (SILVA et al., 2013, p. 5) são apresentados como necessários para a formação de cidadãos ativos na sociedade democrática. Deste modo, para além da compreensão da temática, quer-se induzir a planejar medidas sociais, que atuem no concreto (há, por exemplo, a seção “MovimentAção”, que entende a ação como finalidade educativa, colocando-a no intuito de levar para toda a comunidade a reflexão sociológica).

Destaca-se, dentro da proposta do manual, a seção “instrumento jurídico”, presente em todos os capítulos, em que se apresenta ao aluno leis e normas que se relacionam com o tema abordado. Para os autores,

O “instrumento jurídico” proporciona ao estudante o contato com as bases jurídica que regulamentam a vida em nossa sociedade e que caracterizam a institucionalização de qualquer Estado democrático de direito. A oportunidade de avaliar as bases legais e institucionais de determinada questão ou problema social contribui para a formação política e para o exercício da cidadania do estudante na medida em que ele percebe como o direito é uma construção social, que parte das relações sociais reais para a normatização jurídica, e ainda que, uma vez institucionalizada, ofereça meios de transformação social. (SILVA et al., 2013,p. 7)

Introduzindo-se este tópico deixa-se clara a relação dos sentidos da sociologia pelo viés da cidadania, na medida em que possibilita e valoriza-se o conhecimento da lei como modo de examinar mecanismos que façam valer os direitos então prescritos (ou os modificando). Ser cidadão é, neste caso, ter direitos.

Justificando a sociologia como conhecimento, situa-a como necessária para, por meio da explicação científica dos fenômenos sociais, oferecer recursos para que os problemas sociais possam ser superados. Então, por meio dos autores clássicos e contemporâneos e das temáticas centrais recortadas no livro, mostra-se a “vitalidade da pesquisa sociológica e despertam nos estudantes a curiosidade sobre os meios efetivos de conhecer a sociedade e produzir ações que possam de fato transformá-la” (SILVA, et al., 2013, p. 10). Assim, o sentido de cidadania, como ação e composição jurídica de deveres e direitos relaciona-se com o ensino de sociologia, esta voltada para a formação do cidadão, como condição final da prática educativa.

Machado, Amorim e Barros (2013) também traz a noção de cidadania, como ação transformadora para o mundo, como finalidade última da educação. Pensa-se em uma educação que permita desenvolver a consciência crítica e, por ela, se permita o livre exercício da cidadania. Tomando por base os PNCs para dar sentido ao ensino de sociologia no

ensino médio, tem-se que a disciplina deve introduzir o aluno nos principais saberes, conceituais e metodológicos, que fundamentam as Ciências Sociais, e através deles prepara-se o aluno para o mundo do trabalho e de prática social, capacitando-o para o aprendizado contínuo e autônomo e para o exercício da cidadania (MACHADO, AMORIM E BARROS, 2013, p. 332). A sociologia, portanto, seria instrumento necessário à construção da cidadania, na medida em que “ocupa relevante papel na construção de uma consciência crítica e reflexiva diante das questões do mundo contemporâneo”, mas que se dá pela compreensão da complexidade social e das formas de responder e agir em sociedade. Assim:

A contribuição das Ciências Sociais reside, pois, justamente na formação humana, ao promover constantemente a problematização da realidade, sempre confrontada pelo olhar inquieto e crítico, não apenas do que se encontra ao redor, mas de si próprio e de sua própria perspectiva. Trata-se, portanto, de desenvolver um distinto modo de pensar a vida em sociedade. (MACHADO, AMORIM E BARROS, 2013, p. 333).

O sentido de cidadania utilizado não se apresenta como ação social imediata, mas sim como um processo que se constrói pelo conhecimento crítico. Através dos fundamentos de desnaturalização e estranhamento, fomentando a imaginação sociológica, a sociologia contribuiu para a produção de um sujeito crítico, que percebe que pode intervir, agir,

produzir e transformar o mundo, no conceito de inconformismo intelectual (MACHADO, AMORIM E BARROS, 2013, p. 334).

No segundo grupo destacam-se aqueles que consideram a finalidade do ensino de sociologia a formação para o exercício da cidadania, sendo eles: Araújo, Bridi e Motim (2013); Bomeny et al. (2013).

Araújo, Bridi e Motim (2013) explicita no manual a importância da educação e da sociologia para “tornar a educação formativa, e não apenas instrumental como a que se viu ao longo da história brasileira” (ARAÚJO, BRIDI E MOTIM, 2013, p. 307). A partir disso, dando o sentido da sociologia atrelado à formação do aluno para a cidadania, tomada como agência, propõe-se uma educação que vise à “formação cidadã, por meio da qual possamos vislumbrar esperanças de um futuro melhor, mais justo, igualitário, pacífico. (...)” (ARAÚJO, BRIDI E MOTIM, 2013, p. 307).

Tem-se, portanto, o sentido da sociologia em fomentar o ensino das teorias, conceitos e temas das ciências sociais, mas mantendo-se “a missão de ajudar o aluno a compreender a importância da disciplina para a sua formação cultural e cidadã” (ARAÚJO, BRIDI E MOTIM, 2013, p. 307). Do mesmo modo, ao sugerir-se a realização de pesquisas como atividade, busca-se “ensinar e aprender com prazer e espírito crítico para a formação cidadão dos jovens estudantes brasileiros.” (ARAÚJO, BRIDI E MOTIM, 2013, p. 320). Assim, os sentidos de cidadania, tomada como

ação social, são apresentados como finalidade e sentido ao ensino de sociologia:

O conhecimento sociológico mostra-se fundamental para a compreensão da realidade na medida em que tira da zona de conforto as questões presentes na sociedade, as problematiza e as desnaturaliza. Assim, muitas coisas que vemos com “normais” ou “naturais” no dia a dia têm esse estatuto questionado. (...) Uma vez que compreendemos o funcionamento das relações sociais, podemos pensar em saídas para melhorá-las. (ARAÚJO, BRIDI E MOTIM, 2013, p. 330).

Bomeny et al. (2013) apresenta no manual a proposta pedagógica baseada na ideia de contribuição da sociologia para que desenvolvam a imaginação sociológica, para que “com isso, sejam capazes de se orientar e fazer propostas de intervenção na realidade como cidadãos conscientes, críticos e participantes da vida social e política brasileira.” (BOMENY et al., 2013, p. 05). Assim, o papel do conhecimento da sociologia escolar está aliado ao exercício da cidadania, e esta entendida como ação política e social.

O livro didático, na concepção das autoras, serve para oferecer estímulos e catalisar as pré-noções dos alunos, possibilitando uma aprendizagem com “sentido”. A sociologia, por sua vez, ajudaria a refletir sobre as opiniões dos alunos, fornecendo o conhecimento que modifica a percepção do aluno sobre a própria vida e o mundo a sua

volta, por meio do estranhamento e desnaturalização. (BOMENY et al., 2013, p. 06-07). E, ao pensar sociologicamente:

O livro busca contribuir para que os estudantes desenvolvam uma visão crítica da sociedade contemporânea. Ao compreender melhor a dinâmica da sociedade, eles poderão perceber que são agentes, que tem força política e capacidade para construir uma sociedade mais justa. Por isso, os alunos são estimulados a elaborar propostas de intervenção na realidade. (BOMENY et al, 2013, p. 07).

Vê-se que o sentido de cidadania está colocado no caráter de intervenção da realidade, como ação social necessária e consequência do ensino de sociologia. Aponta-se no manual (BOMENY et al, 2013, p. 08) para a necessidade das ciências sociais em colher novo sentido para a disciplina na escola.

A partir da discussão do trabalho multidisciplinar e interdisciplinar, apontam as autoras à preocupação acerca do esvaziamento do caráter crítico do ensino das Ciências Sociais especialmente em razão da disciplina de Educação Moral e Cívica, que estava presente nos currículos escolares. Destacam ainda que:

Há uma preocupação legítima dos educadores em relação à possibilidade do ensino de Sociologia se converter em aulas de educação cívica (com orientação ideológica de direito) ou em aulas doutrinárias (com orientações

ideológicas de esquerda). No entanto, as Ciências Sociais e todas as disciplinas escolares estão comprometidas com os aspectos formativos da educação, ou seja, a escola não se presta apenas ao ensino de conteúdos, mas visa formar as novas gerações. . (BOMENY et al., 2013, p. 14).

Então, a escola forma valores e cultiva o senso de responsabilidade – no sentido de ensino transversal, cabendo aos professores de ciências sociais “saber transitar entre a reflexão, análise e crítica desses temas no aporte de suas disciplinas e, ao mesmo tempo, exercer seu papel de formador” (BOMENY et al., 2013, p. 14). Explicita-se que não há conflito entre aprendizagem de conhecimentos e formação para a cidadania, sendo necessário articular estes dois caminhos. A sugestão para tanto é o desenvolvimento da pesquisa escolar, utilizando-se dos métodos das ciências sociais. Não se nega, portanto, a relação sociologia e cidadania, na medida em que se confirma a necessidade de um ensino transformador – ao mesmo tempo em que é formador.

Pode-se localizar no manual sugestões de pesquisas que sejam complementadas e associadas pela intervenção na realidade. A valorização do exercício da cidadania, entendida como direitos, deveres e participação, é um dos objetivos do capítulo 19, “participação política, direitos e democracia” (BOMENY et al., 2013, p. 97). Assim, na proposta de assimilação dos conceitos, articula cidadania e participação, desafiando os

estudantes em “abordar a participação cidadão dos jovens (protagonismo juvenil), ou seja, mostrar como eles podem usar a autonomia para enfrentar desafios sociais e desenvolver propostas de ação” (BOMENY et al., 2013, p. 101).

Se o sentido de cidadania no manual transita no aspecto de civilidade para a ação política, o ensino de sociologia também está imbuído deste espírito. Pode-se extrair que objetivos da sociologia como disciplina escolar contidos no manual dizem respeito às normas de conduta, trazendo a “ideia de respeito e de tolerância ao ponto de vista do outro, a importância do diálogo/debate na convivência social como forma de expressão da liberdade.” (BOMENY et al., 2013, p. 74).

Por fim, pode-se destacar dois livros que não apontaram para a relação cidadania e sociologia diretamente, tratando da cidadania como tema das ciências sociais (TOMAZI, 2013; e OLIVEIRA, COSTA, 2013), o que se aproxima da proposta disponível da BNCC.

Tomazi (2013, p. 373-374), baseando-se nas OCNs, das quais ele foi um dos autores, parte do estranhamento e da desnaturalização como fundamentos teórico-metodológicos e que devem ser ensinados pelo professor aos alunos, como condição necessária às ciências sociais na busca pela análise sistemática da realidade. Buscando introduzir o caráter científico ao aluno, aponta-se que sociologia constrói diferentes conceitos

para a compreensão da sociedade dos indivíduos, e, apropriando-se destes conceitos, os alunos poderão “analisar de modo mais profundo a realidade social em que vivem.” (TOMAZI, 2013, p. 389). Propõem atividades de pesquisa que possam apresentar ao aluno os fundamentos da pesquisa científica afeita às ciências sociais, além de seminários e debates que possam contribuir para que o aluno seja integrado, resguardado o nível de conhecimento, ao conhecimento sociológico. Assim, para Tomazi (2013), o sentido do ensino está na compreensão dos pressupostos da área da área de conhecimento:

É tarefa dessa ciência dessacralizar os fenômenos sociais, mediante o compromisso de examinar a realidade além da aparência imediata, “informada” pelas regras inconscientes da cultura e do senso comum. Despertar no aluno a sensibilidade para perceber que o mundo a sua volta é resultado da atividade humana – e, por isso, pode ser modificado – deve ser essa a tarefa de todo o professor. (TOMAZI, 2013, p. 375)

O tratamento e sentido dados à cidadania são como temática (destinado à unidade 5 do livro), trabalhando a noção deste conceito como destinatário de direitos e deveres, ou seja, em suas características jurídicas.

Oliveira e Costa (2013), por sua vez, explicitam os desafios para o ensino de sociologia no ensino médio, dado a intermitência da disciplina

escolar, apontando que cabe à sociologia na escolar fortalecer sua tradição pedagógica, tendo-se como objetivos de ensino de sociologia:

a partir de reflexões conceituais, teóricas e temáticas, incentivar o estudante na desconstrução e desnaturalização das opiniões de senso comum. Ou seja, a partir de fatos do cotidiano, da realidade vivida pelos alunos e das ideias e representações sociais sem base científica, trabalhar a imaginação sociológica e problematizar o senso comum. (OLIVEIRA; COSTA, 2013, p. 411)

Quer-se, assim, em cada capítulo, problematizar o senso comum, fomentando a imaginação sociológica, baseados nos conceitos, temas e teorias das Ciências Sociais, propiciando aos alunos a ampliação dos repertórios acerca das leituras sociológicas para além do senso comum, estranhando a realidade e compreendo-a como relação social (OLIVEIRA; COSTA, 2013, p. 420).

No entanto, ainda que não tenha se localizado uma relação entre sociologia e o exercício da cidadania, e tomando cidadania como direitos e deveres (dentro da temática das ciências sociais), percebe-se um posicionamento da sociologia engajada e prescritiva. Afirma-se que a matemática é uma disciplina estanque e descontextualizada do mundo real e que é apresentada na escola com fins específicos em sua própria essência (OLIVEIRA; COSTA, 2013, p. 424); na sugestão de atividades de

intervenção nas paredes deve-se pedir a autorização dos proprietários para tal, “justamente o que os pichadores não fazem” (OLIVEIRA; COSTA, 2013, p. 426); “discutir a crise ambiental através de uma crítica ao consumo na sociedade capitalista” (OLIVEIRA; COSTA, 2013, p. 428); “incentivar o aluno a buscar uma associação entre o crescimento do homem burguês, o aparecimento de uma subjetividade individualizada e o espaço privado.”. O mesmo é observado quando da descrição dos objetivos e atividades por capítulo: propõe-se que se organize um debate sobre “de que forma o conhecimento sociológico nos ajuda a compreender o uso do cigarro e o vício que ele provoca” (OLIVEIRA; COSTA, 2013, p. 436); ou que se relacione, como objetivo do capítulo, “os dados que apontam para o diagnóstico de que a terra está vivendo um período de aquecimento global, relacionado à ação predatória do homem e da natureza.” (OLIVEIRA; COSTA, 2013, p. 456).

Esses apontamentos representam um conjunto de concepções, de relações preconcebidas, as quais devem ser apresentadas aos alunos, seja nos objetivos ou na justificativa do projeto. Isto demonstra o sentido da sociologia aliado ao caráter prescritivo de conduta do aluno, que não está explicitamente atrelado à cidadania ou do exercício cidadão, mas sim de um entendimento de uma natureza crítica da própria sociologia e que acaba impondo normas de conduta e de civilidade. Mais explicitamente,

é desejável e esperado da escola a orientação comportamental, onde o professor exerça “o seu papel de educador, acompanhando com seriedade os passos da pesquisa realizada pelos alunos, avaliando o seu desempenho e comportamento destes antes e durante a atividade” (OLIVEIRA; COSTA, 2013, p. 479).

5. Considerações Finais

Diante dos elementos dispostos, pode-se perceber nos manuais do professor dos livros didáticos aprovados no PNLD 2015 que não há um único sentido para a cidadania, tampouco que a tríade relacional educação-sociologia-cidadania permaneça estática. Como se pode observar, alguns dos livros sequer fazem menção à formação para a cidadania, mas propõe normas de conduta a ser realizado pelo professor ao aluno (como o livro de Oliveira, Costa, 2013), enquanto outros trabalham a questão da cidadania como fim último da educação, estando portanto a sociologia inserida neste contexto, formalmente. Destacam-se na manutenção da relação da sociologia com o exercício da cidadania, esta tomada como ação necessária e esperada da sociologia, os livros de Araújo, Bridi e Motim (2013) e Bomeny et al. (2013).

Devemos compreender essa heterogeneidade como reflexo do próprio processo de produção dos livros didáticos, bastante polifônicos nesse

momento, uma vez que apenas um é redigido por um único autor. Portanto, há de se supor que haja uma maior diversidade em termos de concepções sobre a finalidade do ensino de sociologia e sua relação com a cidadania na medida em que se amplia o número de autores. Ademais, considerando que os livros aprovados pertencem, em sua maioria, a grandes conglomerados editoriais, que possuem uma vasta equipe que assessora todo o processo de produção da obra, pode-se ainda inferir que essas equipes também deixam suas marcas, incluindo aí suas concepções sobre ensino, no produto final.

O que pudemos observar aqui acaba por confluir, em certa medida, com as críticas outrora realizadas por Meucci (2013) a respeito dos livros de sociologia aprovados no PNLD 2012, que dariam sentido à sociologia escolar em forma de prescrição de conduta politicamente correta, e denúncia das injustiças da sociedade atual. Em alguns livros haveria uma espécie de “etiqueta cidadã”, enquanto outros se assemelhariam a manifestos antiliberais, que parecem permanecer ainda em alguns dos livros do PNLD 2015.

Podemos supor, considerando os resultados indicados nas pesquisas que analisaram as concepções de ensino presentes entre professores de sociologia, que os livros didáticos que apresentam uma perspectiva mais engajada acerca dessa ciência tenderiam a encontrar uma maior receptividade entre os professores, especialmente entre aqueles que não

possuem formação na área das ciências sociais.

Em que pese as críticas tecidas aqui, reconhecemos os avanços qualitativos da produção dos livros didáticos de sociologia, e acreditamos que o debate amplo dentro da comunidade acadêmica tende a impactar no próprio processo de reelaboração desses materiais e também nas lutas pela permanência da sociologia na escola. Por fim, vale a pena afirmar que a heterogeneidade de concepções sobre a relação entre o ensino de sociologia e o exercício da cidadania reflete também, em última instância, as próprias disputas existentes no campo das ciências sociais em torno do lugar destas ciências no mundo contemporâneo.

Referências.

ARAÚJO, Silvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. *Sociologia*. Volume único. Ensino médio. 1 ed. São Paulo: Scipione, 2013.

BOMENY, Helena; FREIRE-MEDEIROS, Bianca; EMERIQUE, Raquel Balmant; O'DONNELL, Julia Gali. *Tempos modernos, tempos de sociologia: ensino médio*. Volume único. 2 ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Ministério da Educação: Brasília, 2015.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. *Guia de livros didáticos: PNLD 2012: Sociologia*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

_____. *Guia de livros didáticos : PNLD 2015 : sociologia : ensino médio*. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de dezembro de 1996.

_____. Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. *Altera o art. 36 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Diário Oficial da União, Brasília, 3 de junho de 2008.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

_____. *PCN+ - Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

_____. *Orientações curriculares para o ensino médio, vol. 3: Ciências Humanas e suas tecnologias*: Cap. 4: Conhecimentos de Sociologia. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica: Brasília, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASÃO, Carolina Dias Cunha; QUINTEIRO, Cristiane Thaís. Pensando a Sociologia no Ensino Médio através dos PCNEM e das OCNEM. *Revista Mediações*, v. 12, n. 1, p. 225-238, 2007.

CASSIANO, Célia C. F. *O Mercado do Livro Didático no Brasil no Século XXI: a entrada do capital espanhol na educação nacional*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

CHATEL, Elisabeth; GROSSE, Gerárd. O Ensino Sociológico nos Estabelecimentos de Ensino Médio: entre problemas sociais e sociologia acadêmica. *Educação & Realidade*, v. 39, n. 1, p. 99-111, 2014.

DE ALBA FERNÁNDEZ, Nicolás. ¿Qué Ciudadanía? ¿Qué Educación para la Ciudadanía?. In: RUIZ, Rosa María Avila (Org.). *Las Competencias Profesionales para la Enseñanza-Aprendizaje de las Ciencias Sociales Ante el Reto Europeo y la Globalización*. Bilbao: Asociación Unversitaria de Profesores de Didáctica de las Ciencias Sociales. 2007, p. 345-352.

DECESARE, Michael. 95 de Ensino de Sociologia no Ensino Médio. *Educação & Realidade*, v. 39, n. 1, p. 113-137, 2014.

FERREIRA, Vanessa do Rêgo. 2015. *A Construção dos Referenciais Curriculares de Sociologia em Alagoas*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

HAMLIN, Cynthia Lins. Desenvolvendo uma Terceira Cultura nas Escolas: habitus sociológico, estranhamento e desnaturalização de preconceitos. *Tomo*, s/v, n. 15, p. 71-82, 2010.

HANDEFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa. O estado da arte da produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica. *BIB*. s/v, nº 74, p. 43-59, 2014.

LEITHÄUSER, Thomas, WEBER, Silke. Ética, Moral e Política na Visão de Professores Brasileiros e Alemães. *Estudos de Sociologia*, v 16, n.1, p 87-108, 2010.

LIMA, Fabiana Conceição Ferreira. 2012. *A sociologia no ensino médio e sua articulação com as concepções de cidadania dos professores*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MACHADO, Igor José de Renó; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de. *Sociologia hoje*. Volume único. Ensino Médio. 1 ed. São Paulo: Ática, 2013.

MARTINS, Carlos B.;WEBER, Silke. *Sociologia da Educação: Democratização e Cidadania*. In: Martins, C. B.; Martins H. H. T. S. Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. Sociologia, Brasília: Barcarolla, 2010, p. 131-201.

MEUCCI, Simone. 2000. **A institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. *Notas para um balanço crítico da produção recente de livros didáticos de sociologia no Brasil*. In: Luiz Fernandes de Oliveira. (Org.). Ensino da sociologia: desafios teóricos e pedagógicos para as Ciências Sociais. 1ed. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2013, p. 75-80.

MORAES, Amaury Cesar. *Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade*. Cadernos CEDES, v. 31, p. 359-382, 2011.

MORAES, Luiz Fernando Nunes. 2009. *Da sociologia cidadã à cidadania sociológica: As tensões e disputas na construção dos significados de cidadania e do ensino de sociologia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MOTA, Kelly Cristine Corrêa da Silva. Os lugares da sociologia na formação de estudantes do ensino médio: as perspectivas de professores. *Revista Brasileira de Educação*, s/v, n. 29, p. 88-107, 2003.

OLIVEIRA, Amurabi. O Ensino de Sociologia: novas temáticas e experiências. *Educação & Realidade*, v. 39, n. 1, p. 11-16, 2014a.

_____. Os Desafios Teórico-Metodológicos do Ensino de Sociologia no Ensino Médio. *Perspectiva*, v. 32, n. 2, p. 1019-1044, 2014b.

_____. O Currículo de Sociologia na Escola: um campo em construção (e disputa). *Revista Espaço do Currículo*, v. 6, p. 355-366, 2013a.

_____. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. *Acta Scientiarum Education*. v; 35, n. 2, p. 179-189, 2013b.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. *Sociologia para jovens do século XXI*. 3 edição. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008. 591p.

RÊSES, Erlando da Silva . Representações Sociais dos Alunos da Rede Pública do Distrito Federal sobre a Sociologia no Ensino Médio. *Revista Mediações*, v. 12, p. 177-194, 2007.

SANTOS, Mário Bispo. 2002. *A sociologia no ensino médio: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal* – Instituto de Ciências Sociais, Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA, Afrânio, vários autores. *Sociologia em movimento*. 1 edição. São Paulo: Moderna, 2013.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. *Cronos*, v. 8, p. 403-427, 2007.

_____. *O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas*. In: Coleção Explorando o Ensino. Volume. 15 Coordenação Amaury César Moraes Brasília: Ministério da Educação: Brasília, 2010. P. 15-44.

TOMAZI, Nelson Dacio. *Sociologia para o ensino médio*. Volume único. 3 ed. São Paulo: 2013.

WEBER, Silke. *A produção recente na área da Educação*. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. s/v, n. 81, p. 22-32, maio 1992.

_____. *O Professorado e o Papel da Educação na Sociedade*. Campinas: Papirus, 1996.

Artigo recebido em: outubro/2015

Aprovado em: maio/2017